

## Conclusões do estudo

### “As escolhas dos Portugueses e o Projecto Farol”

Os portugueses estão mal informados sobre o grau de desenvolvimento do país nas últimas décadas, desconfiam dos poderes instituídos, apontam o Estado como a figura central no desenvolvimento do país e sentem-se desconfortáveis no contexto da globalização, segundo o estudo “As escolhas dos Portugueses e o Projecto Farol”. Estas são algumas das conclusões do estudo que confronta as expectativas dos portugueses e as principais linhas orientadoras que o Projecto Farol apontou para futuro de Portugal.

A sessão foi aberta por Belmiro de Azevedo, membro da Comissão Executiva do Projecto Farol, seguida de uma intervenção do director-geral da GFK, António Gomes, e encerrada pelo *chairman* da Comissão Executiva, Daniel Proença de Carvalho. Estiveram também presentes os restantes membros da Comissão Executiva: António Pinho Cardão, Jorge Marrão, José Maria Brandão de Brito e Manuel Alves Monteiro.

O Projecto Farol não é só uma análise ou mais um diagnóstico da realidade nacional, é, acima de tudo, uma visão e um guia para o desenvolvimento futuro do país até 2020. Aberto ao debate nacional, apresenta-se, em súmula, 12 propostas imperativas em três pilares centrais da sociedade portuguesa: Cidadania, Economia Empresarial e relação entre Estado e o Cidadão.

O estudo “As escolhas dos Portugueses e o Projecto Farol” reflecte a opinião dos portugueses sobre os principais caminhos apontados anteriormente e a sua visão sobre a realidade nacional. Este trabalho assenta em seis dimensões analisadas, entre as quais se destacam:

#### **Diagnóstico que os cidadãos fazem do país**

Quase metade dos portugueses inquiridos (46%) considera que as actuais condições económicas e sociais são piores, ou muito piores quando comparadas com a vida há 40 anos, antes do 25 de Abril. Esta é também a opinião quando a comparação é feita com a vida de há 25 anos, antes da entrada de Portugal na CEE, com mais de metade dos inquiridos (58%) a responder que a situação está pior, ou mesmo muito pior.

Quando questionados face aos três principais actuais desafios para Portugal, o desemprego é considerado, pela esmagadora maioria, como o principal problema nacional (81%), seguindo-se o sistema de saúde (26%), o endividamento das famílias (26%) e a pobreza e exclusão social (25%). Para a grande maioria dos inquiridos o país está a caminhar na

direcção errada (78%), pois não acredita que exista uma estratégia de desenvolvimento (66%) e que Portugal não é um país competitivo (64%).

## **Nível de confiança dos Portugueses**

Como pano de fundo para esta visão negativa da actualidade e o futuro de Portugal, é possível afirmar que há uma grande crise de confiança quer no sistema democrático, quer nas suas principais figuras e instituições. A esmagadora maioria afirmou desconfiar ou confiar muito pouco na classe política (94%), nos partidos políticos (89%), nos governos (90%), na Assembleia da República (84%), nos tribunais (76%), nos sindicatos (75%) e na administração pública (75%).

## **O Futuro**

As actuais preocupações face à realidade económica e social são elementos altamente influenciadores na escolha dos factores-chave de desenvolvimento do país. A necessidade de um plano económico sustentável (49%) e o aumento da produtividade (45%) são os caminhos que reúnem maior consenso entre os inquiridos, renegando para segundo plano os aspectos de sustentabilidade tais como mais empreendedorismo por parte dos cidadãos (14%), reforma do modelo social (12%), mais iniciativa privada (12%) ou mais inovação e tecnologia (12%).

Os portugueses assumem a vitalidade de existir uma verdadeira cultura de compromisso e envolvimento por parte da sociedade civil como um factor estratégico para o desenvolvimento do país. Neste sentido, 55 por cento dos cidadãos subscreve a necessidade de ter um maior envolvimento na causa pública e nas políticas dos governos. Acreditam igualmente que o futuro passa pelo aumento da competitividade dos cidadãos, empresas e de outras organizações da sociedade civil (54%). Por fim, a esmagadora maioria (92%) concorda que um maior compromisso entre os trabalhadores e empresas é igualmente um factor decisivo.

Contudo, a responsabilidade de executar o caminho para sucesso é claramente imputada aos empresários e ao Estado. Para 83 por cento dos cidadãos, a responsabilidade do sucesso de uma organização pertence aos empresários que são igualmente responsáveis pela implementação de uma cultura de empreendedorismo nas empresas e pelo combate à dependência de incentivos (89%). Ao Estado cabe, então, ser o principal motor para a competitividade e desenvolvimento económico do país (78%) com um papel determinante no apoio às iniciativas empreendedoras (54%).

No que toca às questões da mobilidade e flexibilização do mercado laboral, cerca de metade dos cidadãos assume estar disposto a mudar de região para assegurar o seu posto de trabalho (56%) e coloca mesmo a hipótese de viver no interior do país, como forma de contribuir para o desenvolvimento das regiões com dificuldades económicas, caso lhes sejam oferecidos incentivos para uma boa qualidade de vida (58%). Contudo, não existe um verdadeiro consenso à volta da possibilidade de existirem sacrifícios ao nível dos benefícios

sociais. Apenas, 49 por cento dos cidadãos estaria disposto a ter condições contratuais mais flexíveis para evitar o despedimento e ter menos benefícios fiscais no IRS, mesmo que o Governo investisse num plano de incentivos para uma melhor educação.

Por outro lado, apenas 45 por cento dos inquiridos aceitaria trabalhar por um valor menor do que o subsídio de desemprego, e a maioria não está disposta a arriscar num negócio próprio (54%). Por fim, 71 por cento afirmou que não abdica de ter um centro de saúde no concelho, mesmo que isso significasse uma baixa de impostos.

## **Sociedade e Cidadania**

Na opinião dos portugueses são os desempregados (70%) e os idosos (57%) que mais riscos correm de serem pobres e é aos governos que cabe a responsabilidade de reduzir e prevenir este flagelo (86%). Paralelamente, a maioria da população (56%) revela ter maior interesse pela política nacional face às questões internacionais mas, sente que o seu envolvimento directo faz mais sentido ao nível da localidade/bairro (66%).

Num plano mais global, a grande maioria dos portugueses continua a validar o acto de votar como a forma mais eficaz de influenciar uma sociedade (64%), seguido pela participação em manifestações e a colaboração em organizações ou associações voluntárias (31%). Por fim, os portugueses manifestam o desejo de viver numa sociedade que coloque em primeiro plano a segurança económica e a saúde dos seus cidadãos (59%).

## **Globalização**

Face ao fenómeno da globalização, os portugueses não têm uma visão definida e desconfiam deste caminho. Neste sentido, 70 por cento dos cidadãos acredita que o fenómeno é responsável por uma maior concorrência ao nível empresarial e que estimula a deslocalização do emprego para países com mão-de-obra mais barata. É igualmente visto como um factor que aumenta as desigualdades sociais e só serve os interesses corporativos, e não dos cidadãos (57%), assim como a causa para uma possível perda de identidade (40%). Por outro lado, os portugueses acreditam que pode ser um factor importante para o desenvolvimento nacional e o caminho para alcançar a paz mundial (49%).

**Informações adicionais: Rita Ascenso**

Tel. 21 850 81 10 :: Tlm.927 413 027

E-mail: [ritaascenso@lpmcom.pt](mailto:ritaascenso@lpmcom.pt)

Ed. Lisboa Oriente, Av. Infante D. Henrique, 333 H - Escritório 49, 1800-282 Lisboa

[www.lpmcom.pt](http://www.lpmcom.pt)